

Jornalistas do PCB na ditadura militar brasileira (1964-1985): resistência e adaptação

Mônica Mourão*

Introdução

Empresas de direita, funcionários de esquerda. Se a fórmula pode parecer simples e até comum, ao se pensar em jornalistas, que trabalham com produção simbólica, e empresas de comunicação, a situação se complexifica. Mais ainda quando se trata de jornalistas que faziam parte de um partido comunista, posto na clandestinidade¹ com o golpe de 1964, apoiado pela maioria das empresas de comunicação nas quais eles trabalhavam. Além disso, há nuances ideológicas tanto no grupo das empresas quanto no dos jornalistas, o que estabelece entre ambos brechas de negociação.

Em entrevistas e livros de memórias de jornalistas, são comuns as referências à presença de jornalistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em redações da imprensa comercial durante a ditadura (1964-1985) e até algumas breves menções descontextualizadas sobre sua relação com os proprietários desses jornais.² Em geral, ao se tratar de história da imprensa brasileira,

* Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2009. Doutoranda em Comunicação pela mesma instituição. E-mail: monicamourao@gmail.com.

1 O PCB estava na ilegalidade antes do golpe, porém, nos últimos anos, não sofria perseguições e tinha inclusive proximidade com o governo do presidente João Goulart.

2 Muitos exemplos podem ser encontrados nas entrevistas publicadas no livro *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC* (Abreu; Lattman-Weltman; Rocha, 2003). Relativamente às décadas anteriores à ditadura, há também trechos interessantes sobre a presença de jornalistas do PCB na imprensa comercial nos livros de memórias de Samuel Wainer – *Minha razão de viver: memórias de um repórter* (1988) – e de Edmar Morel – *Histórias de um repórter* (1999).

estuda-se de forma separada a “grande imprensa”, a imprensa alternativa, a partidária etc. A proposta deste artigo, que faz parte de uma pesquisa de doutorado sobre o tema, é compreender a inter-relação entre esses diferentes espaços por meio do estudo da atuação dos jornalistas do PCB e dos sentidos que esses atores dão às suas atividades.

A metodologia de trabalho é a história oral, com o uso de entrevistas temáticas semiestruturadas. Importante forma de se conhecer o passado recente na ausência de documentos escritos, a história oral torna mais evidente a subjetividade dos atores históricos. Portanto, mais do que recontar acontecimentos, busco, neste texto, compreender de que forma esses sujeitos constroem memórias sobre eles, por meio das narrativas tecidas no momento das entrevistas.

As memórias desses jornalistas ancoram-se não apenas em suas subjetividades, mas também nos contextos históricos – dos acontecimentos relatados e de hoje –, nos quais o Partido Comunista Brasileiro tem papel fundamental. Assim, inicialmente fazem-se alguns apontamentos acerca da posição “moderada” do Partido durante a ditadura militar. Nesta primeira parte do artigo, além de situar o PCB em relação às demais organizações de oposição à ditadura, também apresento um breve histórico do partido, mostrando que sua postura aliancionista também se mostra em períodos anteriores aos anos 1960 e 1970.

Em seguida, procuro relacionar a linha política do PCB durante a ditadura com a presença de seus militantes na imprensa, além de apresentar alguns dos diferentes sentidos dados pelos jornalistas comunistas às suas experiências. Nesse tópico, é considerada como motivo principal dessas diferenças a própria diversidade de experiências: a geração a que pertencem os jornalistas e, portanto, o período da ditadura em que trabalharam nos jornais e revistas; o posicionamento ideológico dos veículos onde trabalharam; a posição ocupada por eles na hierarquia das redações.

E quais eram, afinal, as atividades desenvolvidas por esses jornalistas? Reuniões das bases de jornalistas, venda do jornal *Voz Operária*, colaboração com a imprensa alternativa, mobilização da classe de jornalistas e disputa pela linha da cobertura jornalística foram listadas a partir das entrevistas feitas para esta pesquisa. Elas colocam a atuação dos jornalistas do PCB na fronteira entre trabalho e militância.

Por compreender que apenas saber quais as atividades realizadas por esse grupo não é suficiente, analiso também como são tecidas as narrativas sobre o tema. Houve narradores que privilegiaram as experiências pessoais;

outros, as coletivas; alguns responderam às questões norteadoras da entrevista buscando estabelecer um diálogo; outros apresentaram uma narrativa rígida, demonstrando que já estavam habituados a falar sobre aquele assunto. Tais narrativas, porém, não existem de forma isolada: foram construídas em interação comigo, e nossa diferença de idade e de gênero certamente forma atravessamentos que conduzem essas construções.

Quanto às possibilidades de resistência dos jornalistas do PCB dentro das empresas de comunicação, pode-se concluir que elas se misturavam à necessidade de certo grau de adaptação. Procurando ocupar as brechas existentes, os jornalistas mantinham-se numa militância que não seria extraordinária em períodos democráticos. Porém, por ter sido feita durante uma ditadura, não se pode seguir ignorando que constituiu uma contribuição para a retomada da democracia, mesmo que seja difícil mensurar em que grau.

A “moderação” do PCB

É óbvio que ninguém ali, naquele grupo, tinha qualquer intento que fosse, soviético, o stalinismo... Ninguém era bobo ali. Mas a nós pareceu, a mim – que falo de mim –, por exemplo, que, para não ficar cada um de nós boiando sozinho, ou você ia para a política, política política, profissional, entrar num partido, entrar no MDB [Movimento Democrático Brasileiro], ou você ia lutar, coisas mais radicais, ainda que muita gente estivesse já em queda. Ou você se ligava, assim, preenchia, de certo modo – acho que não só pra mim –, uma ideia de você não estar simplesmente morto enquanto a ditadura corria. Ou, também uma alternativa que não passava na cabeça da gente, até por questão de geração, uma coisa mais comportamental, como se diz, era casar como pais de família, aquela coisa toda careta de ser. Cada um tinha sua vida pessoal. (Luiz Weis, 2015).

O mapeamento, feito de um ponto de vista muito pessoal por Luiz Weis, está de acordo com a bibliografia do período no que diz respeito às diversas tendências de oposição. Obviamente elas não são estanques: a contestação comportamental, por exemplo, entrelaça-se com a esfera da cultura. No cinema e no teatro, havia grupos com filiações ou aproximações a diferentes setores da oposição: organizações da luta armada, do movimento estudantil e do próprio PCB. De toda forma, quando se pergunta em que espaço

alguém contrário à ditadura poderia exercer sua militância, no caso de não concordar com a luta armada, não desejar atuar de forma institucional na política partidária e ainda levar uma vida conservadora do ponto de vista do comportamento, o PCB surgia como uma importante força aglutinadora.

Essa força aglutinadora reunia pessoas de diferentes correntes ideológicas. Apesar do nome do partido, não apenas comunistas estavam filiados a ele. Por sua política de frente ou de aliança, reunia outros opositores à ditadura, que não necessariamente identificavam-se com o ideário comunista. Por outro lado, reunir comunistas estava longe de ser exclusividade do PCB. Eles organizavam-se também em outros partidos clandestinos – como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), frutos de dissidências com o PCB – e em grupos guerrilheiros.

Todos esses estavam à esquerda do PCB no espectro ideológico durante aquele período, por já atuarem então com o objetivo de levar o país a se tornar uma sociedade socialista, enquanto o PCB concentrava-se na derrubada da ditadura. Buscava, para isso, atuar por meio de um amplo leque de alianças no qual poderiam ser incluídos até setores progressistas de grupos tradicionalmente conservadores, como da Igreja Católica (que, em parte, foi grande combatente das violações de direitos humanos cometidas pelos militares) e mesmo das Forças Armadas e da Arena, o partido da situação, como aponta a Resolução Política do Comitê Central do PCB de dezembro de 1975:

Na luta contra a ditadura fascista, os comunistas consideram necessário aglutinar todas as forças que, em maior ou menor grau, estão em contradição com o regime, incluindo não só o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], a Igreja e a burguesia não monopolista, mas também sectores da FFAA [Forças Armadas], da ARENA [Aliança Renovadora Nacional] e até mesmo de alguns representantes dos monopólios, descontentes com o caráter fascista assumido pelo regime. (VVAA., 1976, p. 220).

O jornalista Milton Temer, que havia se aproximado do PCB no pré-golpe, quando era da Marinha, e entrou de fato no partido no início da ditadura, interpreta da seguinte forma os efeitos causados pela resolução partidária reproduzida acima:

Então o Partido Comunista se transformava, de repente, num estuário daqueles que se colocavam contra a ditadura, queriam se mobilizar contra ela, e não tinham instrumentos para isso, além daquela organização clandestina que preconizava, de forma clara, que a derrubada da ditadura só podia se dar por uma luta de massas, pela derrubada... Enfim, por um movimento de massas que resultasse num processo de transição, como veio a se dar. Então isso fez com que o Partido Comunista, e principalmente os jornalistas, fosse base para esse tipo de, digamos, identidade entre os que eram realmente comunistas e aqueles que eram progressistas, democratas, social-democratas, socialistas, que não preconizavam, de forma alguma, a derrubada da ditadura pela luta armada, mas que não pensavam obrigatoriamente na derrubada pela luta armada como fim do capitalismo, que era o objetivo concreto dos comunistas, se encontrassem no Partido Comunista. (Temer, 2012).

Com essas considerações iniciais, gostaria de frisar que a temida – pelas forças conservadoras – ideia de “comunista” não se encaixa completamente na figura do militante do Partido Comunista Brasileiro durante as décadas de 1960 e 1970. Na verdade, embora o partido tenha feito, ao longo da sua história, um movimento pendular entre a defesa de táticas pacíficas e a da luta armada, a experiência de levante armado organizado pelo PCB – como o episódio de 1935 conhecido pelo pejorativo nome de “Intentona Comunista” – constitui uma exceção na trajetória da organização.

Apesar disso, o PCB sofreu intensa perseguição, tendo conseguido exercer uma atuação legal por breves períodos: de março a junho de 1922; de janeiro a agosto de 1927; de 1945 a 1947. Depois disso, apenas após o fim da ditadura. Esteve, na maioria das vezes, na peculiar situação de ser ao mesmo tempo uma oposição moderada, que buscava construir aliança com a burguesia brasileira e aprofundar o capitalismo nacional – o que considerava uma etapa necessária antes de empreender a revolução –, e alvo de repressão tão severa quanto aquela voltada a grupos mais radicalizados, como os que organizaram a luta armada durante a ditadura (Dória, 1998; Brasil, 2014).

Junto com essa peculiaridade, algumas outras características delineiam a trajetória do partido no Brasil. Uma delas é sua relação com a intelectualidade. De acordo com Chilcote, “a liderança principal não era, geralmente, dominada pela classe operária” (1982, p. 33). O líder mais conhecido, Luiz Carlos Prestes, ingressou no partido em 1934 e foi seu secretário-geral por

décadas. Engenheiro e tenente, Prestes não pode ser considerado um representante do proletariado, assim como alguns de seus companheiros que fundaram o partido:

Eles eram poucos
e nem puderam cantar muito alto a Internacional
naquela casa de Niterói em 1922. Mas cantaram.
E fundaram o partido.

Eles eram apenas nove: o jornalista
Astrogildo, o contador Cordeiro,
o gráfico Pimenta, o sapateiro José Elias, o vassoureiro
Luís Peres, os alfaiates Cendon e Barbosa
o ferroviário Hermogênio
e ainda o barbeiro Nequete
que citava Lênin a três por dois.

Em todo o país,
eles não eram mais de setenta.
Sabiam pouco de marxismo
mas tinham sede de justiça
e estavam dispostos a lutar por ela.

Faz sessenta anos que isso aconteceu.
O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente
nem mesmo do Brasil.
Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis
tem que falar dele.
Ou estará mentindo.
(Ferreira Gullar, 1982 apud Imprensa Popular, 2012).

A maioria dos nove delegados fundadores do PCB vinha do proletariado: gráfico, vassoureiro, alfaiates, barbeiro, ferroviário. Ainda assim, seu secretário-geral foi um dos poucos intelectuais, o jornalista Astrogildo Pereira, que assumiu a função meses depois da fundação do partido – seu primeiro secretário-geral, por pouco tempo, foi Nequete – e nela permaneceu por oito anos (Konder, 1991, p. 15). Depois, Astrogildo viria a publicar

o jornal oficial do PCB, *A Classe Operária*, junto com o também intelectual Octávio Brandão.³

Nas primeiras produções de intelectuais do partido se veem temáticas que foram caras ao PCB ao longo de toda a sua trajetória. No livro *Agrarismo e industrialismo*, escrito por Octávio Brandão em 1924 (e publicado sob pseudônimo e com indicação falsa de lugar), já se discutia o papel da pequena-burguesia na luta contra a oligarquia agrária. A ideia de que a primeira seria aliada da classe operária conduz à tática aliancista do partido, concretizada, em 1927, no Bloco Operário Camponês (BOC), que lançou candidaturas comunistas para as eleições do ano seguinte e elegeu um deputado e dois vereadores no Rio de Janeiro (Chilcote, 1982, p. 64-65). A estratégia de participar dos pleitos eleitorais por intermédio de outras legendas seria utilizada outras vezes na história do partido, marcando sua característica de buscar inserção na vida legal do país apesar da ilegalidade da organização.

No III Congresso do Partido Comunista Brasileiro, em 1929, avaliou-se que colocar demasiado esforço nas disputas eleitorais poderia levar os pecebistas ao erro de considerar o BOC o verdadeiro partido do proletariado, em vez de uma articulação hegemônica pelo PCB. Decidiu-se então centrar forças nas atividades ilegais (Chilcote, 1982, p. 5-6). Quatro anos depois, a primeira Conferência Nacional do PCB indicou a adoção de uma política antifascista.

Em 1935, Luiz Carlos Prestes, recém-filiado ao partido durante exílio na União Soviética, voltou ao país com uma equipe da Internacional Comunista (IC) e com dirigentes do PCB que haviam recebido da IC a orientação de filiá-lo. Naquele momento, a Internacional julgava que o Brasil – ao contrário de outras nações – era um país onde a insurreição seria a tática apropriada. Nesse ano, foi organizada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), responsável pelas insurreições de quartéis, em novembro de 1935, em Natal, Recife e no Rio de Janeiro: a “Intentona Comunista” (Chilcote, 1982, p. 76-77).

3 Nos anos 1930, muitos escritores, jornalistas e pessoas de diferentes expressões artísticas compunham o partido. A relação entre eles e o PCB, porém, era difícil. Por um lado, conferiam prestígio à organização e adquiriam prestígio por fazerem parte dela; por outro, perdiam em termos de independência criativa (Gattai, 1982; Moraes, 2012). A relação entre o PCB e a produção intelectual e cultural brasileira é tema também dos livros *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, de Marcelo Ridenti (2000), e *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*, organizado por Marcos Napolitano, Rodrigo Czajka e Rodrigo Patto Sá Motta (2013). No primeiro caso, são abordados diferentes grupos políticos de esquerda atuantes durante a ditadura e sua relação com artistas e intelectuais; o segundo trata apenas dos comunistas, em diferentes períodos, com ênfase nos anos 1960 e 1970.

Os episódios dos anos 1920 (BOC) e 1930 (Intentona Comunista), ambos em períodos de clandestinidade, são exemplares das formas de intervenção política do PCB. No primeiro, entretanto, vê-se a linha que predominou durante a maior parte da vida partidária: a inserção na vida legal do país por meio da participação nas eleições – seja apoiando candidatos não comunistas, seja lançando nomes do partido via outras legendas – e da organização de movimentos sociais, com destaque para o sindical (Santana, 2001).

Os jornalistas do partido nas empresas de comunicação

“Como, sendo comunista, você trabalhava numa redação de empresa jornalística durante a ditadura militar?”. Essa pergunta foi a primeira que me moveu a fazer a atual pesquisa de doutorado sobre os jornalistas do Partido Comunista Brasileiro que trabalharam, nos anos 1960 e 1970, nas redações de empresas de jornalismo.

Quando foi efetivamente proferida aos 12 jornalistas do PCB entrevistados até o momento,⁴ a pergunta apresentou duas facetas. Embora minha intenção fosse muito mais a de ouvir de que forma eles – são todos homens – interpretavam sua experiência nessas redações e as razões de terem sido aceitos nesses espaços prioritariamente anticomunistas, alguns a compreenderam de forma diversa. Entenderam que o questionamento encerrava uma crítica a uma suposta falta de coerência deles, jornalistas do PCB, como se supusesse que eles não deveriam ter aceitado um trabalho de produção simbólica evidentemente contrária ao conjunto de valores comunistas. “Exige-se que a gente tenha uma coerência que era impossível ter. A não ser que caíssemos na clandestinidade”, foi o que, em diferentes termos, responderam-me alguns.

Após o breve histórico do partido apresentado na seção anterior, a tendência é pensar que as contradições dessa experiência seriam meramente aparentes e poderiam, portanto, ser abolidas. Porém, a realidade é mais complexa. A relação desses jornalistas comunistas com sua atividade nas redações dependia de diferentes fatores, principalmente do período da ditadura em que

4 Neste artigo, não foram utilizados trechos das entrevistas de dois dos jornalistas entrevistados: Henrique Cordeiro Filho, cuja experiência está focada principalmente na imprensa partidária, e Álvaro Caldas, que saiu do PCB para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) ainda no ano de 1967.

atuaram e, portanto, da geração à qual pertenciam; do veículo no qual trabalhavam; e da posição que ocupavam na hierarquia do jornal/revista.

Com relação à primeira variante, pode-se pensar em diferentes momentos da ditadura militar. O primeiro, logo após o golpe, em 1964; o segundo, a partir do AI-5, em dezembro de 1968; e o terceiro, com o anúncio da abertura pelo general Ernesto Geisel, na segunda metade dos anos 1970, que culminou na aprovação da Lei da Anistia, em 1979. Para compreender como se situa o PCB em cada um desses momentos, é válido olhar para eles a partir do ponto de vista da repressão. Considero que assim se vê quais foram as forças de oposição melhor organizadas em cada período. Trata-se, é evidente, de uma simplificação para os fins deste artigo.

Se, para a efetivação do golpe, foram presos sobretudo líderes sindicais e militares que estavam do lado da Legalidade – e, portanto, da manutenção de João Goulart na presidência da república –, o período posterior é marcado principalmente pela repressão às organizações da luta armada. Com praticamente todos os participantes desses grupos presos, assassinados ou exilados, o alvo se voltou para os que, em sua tática aliancionista e de organização da sociedade civil, começavam a ter resultados positivos: os militantes do PCB.

A política do Partido Comunista de fortalecimento da oposição legal, o MDB, mostrou resultados positivos nas eleições de 1974: o partido conquistou 16 das 22 vagas do Senado Federal e, na Câmara dos Deputados, a representação da oposição foi ampliada para 165 parlamentares, um grande avanço em comparação aos 87 eleitos no pleito anterior, em 1970. O recrudescimento da repressão contra o PCB aconteceu nesse contexto.

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), lançado em dezembro de 2014, 39 dos mortos e desaparecidos da ditadura brasileira mais recente eram filiados ao partido. O relatório também afirma que um documento confidencial da 2ª Seção do II Exército, de março de 1975, tinha como tema a “neutralização do PCB” e listava os nomes de oito líderes do partido que, caso fossem presos, causariam grande prejuízo à sua organização. No fim de 1973, foi retomada a Operação Radar pelo Destacamento de Operações de Informações (DOI) de São Paulo, em conjunto com DOIs de outros estados. O objetivo era, ainda segundo o relatório da CNV, “localizar e desarticular a infraestrutura do *Voz Operária*”, o jornal do PCB (Brasil, 2014, p. 643).

De março de 1974 a janeiro de 1976, 19 militantes do partido foram assassinados; desses, onze são desaparecidos políticos, o que significa que o

paradeiro dos corpos é desconhecido ainda hoje. Em outubro de 1975, como parte dessa operação, um desfecho trágico rompeu as barreiras da censura e levou à esfera pública o conhecimento de parte dos crimes praticados pela ditadura: o “suicidamento” do diretor de jornalismo da TV Cultura, ligado ao PCB, Vlado Herzog.

O caso mostra a complexidade da oposição à ditadura, formada por diferentes matizes ideológicos e dezenas de organizações políticas, a maioria delas defensora da luta armada como caminho para pôr fim ao regime e superar o sistema capitalista.⁵ Maria Paula Nascimento Araujo (2000) refaz, em seu livro, o percurso de parte delas. Pode-se afirmar que, em sua maioria, elas tinham o PCB como matriz e como referência, mesmo que para negar suas teses e estratégias. Nas palavras do historiador Bernardo Ricupero, “foi afirmando ou negando o modo de ser e de fazer política do PCB que a esquerda, ou, como preferem alguns, as esquerdas brasileiras, desenvolveu(ram) uma (ou múltiplas) identidade(s) própria(s)” (Ricupero, 2000, p. 27).

A vivência de cada um dos períodos da ditadura implica, logicamente, uma diferença de geração entre os jornalistas do PCB. A geração aqui é entendida não como uma mera diferença de idade entre os jornalistas, mas sim como um “tempo interior não mensurável e que só pode ser apreendido qualitativamente” (Mannheim apud Weller, 2010, p. 208). Assim, diferentes grupos etários podem vivenciar um mesmo período cronológico, mas o vivenciarão de formas diferentes segundo a cultura intelectual e a situação político-social que experimentam. Portanto, faz sentido afirmar que existe uma diferença geracional entre os jornalistas que vivenciaram o golpe ou o ano de 1968 e aqueles que eram jovens demais para se envolver nesses dois importantes momentos da ditadura.

Na abertura política, por exemplo, esses dois grandes grupos conviviam nas redações. Entre eles, uma fratura organizativa, diretamente relacionada com a maior pujança da repressão, pode ser percebida pela ausência, durante os anos anteriores, dos militantes da primeira geração (muitos presos ou exilados) e pela ainda incipiente organização da geração posterior (apenas na segunda metade dos anos 1970, com o revigoramento do movimento estudantil – depois da prisão de seus antigos líderes no Congresso de Ibiúna, em

5 Para maiores detalhes sobre as organizações de esquerda durante o período, ver Araujo (2000).

outubro de 1968 – e com a retomada das atividades “de frente” dos pecebistas, os que discordavam da luta armada passaram a ter espaço para se incorporar).

As duas gerações, além da diferença de a primeira ter passado por mais experiências no jornalismo, na militância e na própria sobrevivência à repressão – embora os mais jovens tenham sofrido o pior momento para o PCB durante a ditadura –, também apresentavam uma diferença de formação. Paulo Markun foi um dos jornalistas da nova geração que viveu um momento de reorganização: foi alçado à condição de secretário da base de jornalistas, por certo período, devido às dificuldades de articulação do grupo.

Eu menciono a base dos jornalistas ‘velhos’, entre aspas, com a qual eu me relatei por pouco tempo. Quando eu entrei no Partidão, eu era estudante de cursinho ainda e, depois, estudante na faculdade de jornalismo. Então a atuação era vinculada ao local onde você atuava, fosse na faculdade ou no local de trabalho. (Paulo Markun, 2015).

Os “velhos”, em geral, formavam-se jornalistas na prática das redações: não tinham passado por faculdade ou tinham feito outros cursos; para os mais jovens, era mais comum terem cursado jornalismo na universidade e seria nesse ambiente em que passariam a militar no Partido Comunista Brasileiro.

No que diz respeito à relação entre eles e o trabalho jornalístico, duas questões parecem estar relacionadas à diferença geracional: a primeira é que, muitas vezes, os jornalistas mais velhos voltaram para as redações nos anos 1970 já como profissionais reconhecidos, chefiando editorias ou mesmo redações. Isso os colocava em outro patamar na relação com os proprietários e com os chefes das empresas de jornalismo.

Mas aí voltei e peguei 20 dias de cadeia. Foi uma situação chata. O diretor da Editora Abril ir em cana, né? Foi fogo. Porque da outra vez os caras tinham me procurado, mas eu não tinha sido preso. Eu fiquei 20 dias fora da Abril, a Abril aguentou firme. Começaram a pensar num projeto de fazer outra editora, que eu seria o editor executivo, fora. Ia ser a Editora Azul, um nome que eles tinham pensado primeiro. Depois eles fizeram a editora com outro rapaz, depois da minha condenação. (Milton Coelho da Graça, 2014).

Milton Coelho, como diretor da Abril, teve respaldo suficiente para continuar trabalhando na editora e manter o cargo de chefia. O único constrangimento parecia vir *de fora*, da própria ditadura, e, para superá-lo, a Abril estaria disposta inclusive a criar outra editora. Sua posição colocava-o numa situação de mais exposição.

Carlos Jurandir relata uma situação bem diferente:

– Eu me lembro que uma vez eu estava na redação e fui chamado pelo contínuo pra ir falar com o secretário. Existia um cara que cortava os problemas dos textos. Era o homem da Pilot, da caneta. Fui falar com ele. Ele ficava dentro de uma espécie de um ‘aquário’. Aí eu entrei: ‘Que que você quer nisso?’. Aí eu sentei, ele estava cortando um texto do João Saldanha com a piloto, assim, *para mostrar pra mim que se ele estava cortando o texto do João Saldanha, os meus então...* Era assim que a coisa funcionava.

– Quem era esse editor?

– Não é bom dizer o nome dele. É um cara conhecido aí. Era o secretário de redação na época. Entende? Fazia isso com todo mundo. Era só para intimidar as pessoas. Ameaçava, às vezes, assim, verbalmente: ‘Agora, cuidado com o teu emprego!’. Esse tipo de coisa. (Carlos Jurandir, 2014, grifo meu).

Carlos Jurandir trabalhou no jornal *O Globo* de 1970 a 1977, onde não exerceu cargo de chefia: sua ascensão profissional se desenvolveu sempre na função de repórter, alcançando o ponto mais alto dessa atividade, o de repórter especial. Seu depoimento deixa bem evidente que havia, sim, diferenciação entre os profissionais, como mostra a parte grifada. Também aponta para uma incorporação de ideais e práticas da ditadura pelos próprios chefes, contestando a ideia de independência propagada a partir de um episódio contado em diversas entrevistas – feitas por mim e por outros pesquisadores – no qual Roberto Marinho teria dito ao ministro da Justiça Juracy Magalhães: “Dos meus comunistas eu cuido”⁶ (Evandro Carlos de Andrade apud Abreu; Lattman-Weltman; Rocha, 2003, p. 35). Os dois casos acima mostram como,

6 A frase é atribuída a Roberto Marinho como resposta à acusação de que *O Globo* estaria cheio de comunistas. Ela não demonstra apenas independência, mas também uma relação de proximidade com a ditadura, visto que esse tipo de resposta não poderia ser dada pelo diretor de um jornal da imprensa alternativa, por exemplo. A postura de Roberto Marinho é interpretada de diferentes maneiras pelos jornalistas do PCB; porém, não cabe aprofundar essa questão no presente artigo.

apesar da ditadura, havia espaço de manobra para as empresas de comunicação, além de haver diferença no posicionamento ideológico delas.

Cada veículo tinha maior ou menor compromisso com o regime ditatorial. Enquanto a Editora Abril tinha uma postura mais progressista – como relatado por Milton Coelho da Graça e por Milton Temer, a seguir –, a *Folha de S. Paulo* – conforme Sergio Gomes – já foi uma ativa colaboradora do sistema repressivo.

Para você ter uma ideia, em 69, cai uma gráfica da *Voz Operária*, no subúrbio. Eu dava dinheiro para a *Voz Operária*. Para o Partidão. E estava lá meu nome, Ricardo, que era o nome de guerra que eu tinha na época. Ricardo: pá, tanto. Aí veio [a polícia] na Editora Abril, prenderam um Ricardo. O Odylo Costa Filho, que era o diretor, estava lá em cima em reunião, e eles subiram, não foram na redação. Nós éramos na Presidente Vargas, então a redação era no oitavo andar, e a administração era no décimo segundo. Foram lá em cima e prenderam um cara da publicidade, um argentino, que eu desconfio até que depois... O cara foi preso, não falou nada. Passou o fim de semana preso porque se chamava Ricardo, era um argentino, da publicidade, e ele não abriu o bico, que não era ele. Foi preso, aí o Odylo me liga: ‘Olha, Milton, acabaram de prender o Ricardo aqui, eu tenho a impressão que era você. Some!’. E eu desapareci durante um mês sem ser de férias, e a Editora Abril bancava o meu salário. Ferreira Gullar ficou no exílio recebendo salário d’*O Estado de S. Paulo*. Não era como correspondente não, entendeste? Mas a editora pagava, bancava. Porque, naquela época, a Editora Abril era progressista. (Milton Temer, 2012).

A *Folha de S. Paulo* não se moveu absolutamente por mim, nada: nenhum telefonema para os meus pais, não constituiu advogado, não me visitou, não me pagou salário.⁷ E, depois, mais à frente, anos depois, casei, tenho uma filha que se formou em direito, e ela resolveu que eu seria o primeiro cliente dela. E, como eu não tinha entrado com nada de papelada de negócio de anistia, ela resolveu que ia levantar a documentação e está lá rolando, nem sei quando é que isso vai ser resolvido. E acabou descobrindo que, no dia 30 de janeiro de 76, quando eu estava preso, eu estava preso há quatro meses, eu fui demitido por abandono de emprego. A *Folha de S. Paulo* me

7 Refere-se à sua prisão, em 1975, no mesmo processo repressivo da prisão e assassinato de Vlado Herzog.

demitiu, e isso está escrito lá no livro de registro de funcionários. Depois, eles datilografaram dizendo: ‘Sem efeito’. (Sergio Gomes, 2014).

Sergio Gomes contou que, após sair da prisão, voltou à redação da Agência Folhas, onde trabalhava, mas não lhe era passada nenhuma pauta. A prisão era para que se demitisse – atitude radicalmente diferente do apoio da Editora Abril a Milton Coelho e Milton Temer. Aqui, imbricam-se a posição hierárquica ocupada pelos jornalistas e o posicionamento político de cada uma das empresas de comunicação.

Embora praticamente toda a imprensa tenha apoiado o golpe de 1964, com variações na intensidade e na ocasião em que isso aconteceu, ela também passou a contestar a ditadura em algum momento e em alguma medida. Seja para se adaptar ao público no período da abertura, seja por divergências com os gerais ou por defesa de bandeiras liberais, como a liberdade de expressão, esses veículos passaram a abordar temas que não eram abordados e a permitir outras vozes em suas páginas.

Isso foi feito, contudo, dentro de limites estabelecidos não só pela ditadura, mas pelos próprios jornais e revistas.

E a coisa que é importante é o seguinte: todo mundo fala da censura dos milicos, dos militares. Agora acontece o seguinte: eu nunca vi um militar dentro de uma redação. Eu trabalhei n’*O Globo* sete anos, nunca vi ninguém lá dentro, milico. A censura era feita pelos próprios jornalistas, entendeu? Os próprios jornalistas é que exerciam a censura. Eu leio aí, eu sei que houve pressão, eu sei que houve muitos jornalistas presos, por exemplo, o pessoal d’*O Pasquim* algemado indo para a cadeia. Tudo isso eu sei, mas lá dentro d’*O Globo* quem fazia a censura eram os chefetes. Havia um chefão, que era o secretário de redação, o editor do jornal e tal, que falava direto com o patrão. (Carlos Jurandir, 2014).

O depoimento acima procura evitar a ideia que muitos jornais que apoiaram a ditadura procuram difundir, quando constroem suas próprias memórias institucionais sobre o período, de que a imprensa era majoritariamente de oposição ao regime. O trabalho da historiadora Beatriz Kushnir também caminha nesse sentido. Em sua tese sobre censores-jornalistas e jornalistas-policiais, ela mostrou que, no final da década de 1960, de 34 censores de carreira, funcionários da polícia, sete eram jornalistas (Kushnir, 2012,

p. 176-177). A autora apontou também que as ordens censórias tinham um centro organizativo e um conjunto de regras. Não se tratava, assim, de decisões tomadas a critério de cada censor.⁸

Carlos Jurandir, que trabalhou como repórter contratado n’*O Globo* de 1970 a 1977, enfatiza principalmente os limites incorporados pelos editores e chefe de redação, de forma que o proprietário, Roberto Marinho, não precisasse interferir diretamente. Já Dênis de Moraes coloca em relevo a ocupação de brechas, num período posterior, o último ano da década de 1970 e o início da década de 1980.

Havia muito isso: ‘Vamos ver qual vai ser a reação do dr. Roberto Marinho’. Era uma frase típica naqueles anos. ‘Vamos ver o que que o dr. Roberto vai dizer’. Mas já se tinha vencido uma etapa, que era convencer o diretor da redação de que era possível, com habilidade [com ênfase], colocar certas matérias e temas em discussão.⁹ Com habilidade por quê? Porque a gente ouvia vários segmentos da sociedade, da direita à esquerda. Do meio empresarial ao meio militar. Mas aí conseguia colocar os ‘contrabandos’, entre aspas: os líderes sindicais emergentes, líderes estudantis emergentes, líderes políticos emergentes, intelectuais progressistas. (Dênis de Moraes, 2014).

O período da ditadura, portanto, fez uma diferença marcante nas experiências e nas possibilidades de atuação dos jornalistas do PCB, além de ter permitido a convivência entre comunistas de diferentes gerações e diversos acúmulos políticos e profissionais.

8 Beatriz Kushnir discorda de Anne-Marie Smith (2000) e considera que a censura foi legal (dentro da legalidade constituída pelo regime militar). Smith pesquisou a censura e a classificou em duas categorias: a autocensura (acatamento, pelos jornais e revistas, das proibições recebidas) e a censura prévia (presença de censores nas redações ou obrigatoriedade de envio do material para a Polícia Federal, em Brasília, antes de sua publicação). Em discordância também com a memória construída pela imprensa sobre o período, que enfatiza a rigidez da censura, Smith afirma que uma minoria dos veículos (sete) sofreu o segundo tipo de proibição. Para ela, porém, a censura era uma ilegalidade mesmo dentro do regime de exceção.

9 Refere-se à experiência como repórter da editoria de política do jornal *O Globo*, quando Milton Temer, de volta do exílio, era editor, no período do último governo ditatorial, conduzido pelo general Figueiredo.

Tênuas fronteiras entre militância e trabalho: a atuação dos jornalistas do PCB

A palavra usada neste artigo para tratar das atividades dos jornalistas do PCB é, prioritariamente, *atuação* nas empresas jornalísticas. Com o emprego desse termo, fica em aberto se se trata de *militância* ou de *trabalho*. Caso se usasse o referencial teórico dos comunistas, não haveria dúvida de que o que eles faziam na redação era um trabalho: do ponto de vista marxista, a venda da mão de obra por quem não detém os meios de produção. A realidade, porém, entrelaça essas duas esferas que teoricamente deveriam estar separadas.

Então a militância política é um lazer. Você faz porque você quer. Isso eu aprendi outro dia com o pai de um amigo meu, que é um português. Ele falou assim: ‘Vocês, que quase só fazem o que gostam, qual é a diferença entre lazer e trabalho? Para quem não faz o que gosta é muito simples [diferenciar] o que é lazer do que é trabalho. Mas vocês, do jornalismo, da política, etc...’ (Sergio Gomes, 2014).

Essa confusão entre trabalho e militância faz sentido quando se observam algumas das atividades dos jornalistas do PCB. Elenquei pelo menos cinco que são mencionadas pelos entrevistados. Uma seriam as reuniões nas chamadas “bases de jornalistas”, nas quais esses profissionais se encontravam para analisar a conjuntura à luz da linha partidária, por meio de orientações e avaliações do PCB fornecidas pelo militante que estivesse na função de secretariar aquela base. Também era o momento de receber o jornal *Voz Operária* e prestar contas das vendas dos exemplares anteriores. Feitas fora do ambiente de trabalho, as reuniões, porém, eram organizadas entre grupos de determinada redação.

Claro, havia uma difusa frente comum pela democracia. Estávamos todos no mesmo barco. E o Miguel [Urbano Rodrigues¹⁰] teve certa ascendência, pela idade, enfim, bagagem intelectual. Então ele foi trazendo gente para a [revista] *Visão*. [...] E o Miguel trouxe para a *Visão*, por exemplo, um cara

10 Jornalista português, nascido em 1925, que se exilou no Brasil no fim da década de 1950, para escapar da ditadura salazarista. Antes de ser editor da revista *Visão*, havia sido editorialista do jornal *O Estado de S. Paulo*.

que já faleceu, no ano passado, que era militante, e militava na Petrobrás, pra você ter uma ideia, antes do golpe de 64. É o Rodolfo Konder. Então ali se formou um pequeno núcleo, uma base, que era ele, eu, o Vlado [Herzog], um jornalista, que hoje está no *Estadão*, Marco Antonio Rocha. E tínhamos um contato no Rio, tipo um cara de capa preta que era uma espécie de ligação da gente, que era uma coisa que, no fundo, do ponto de vista de militância *stricto sensu*, o sujeito trazia a *Voz Operária*, fazia um pouco de finanças pro partido, recolher dinheiro, muito pouco além disso. (Luiz Weis, 2015).

Outros depoimentos que dão conta de uma atividade muito semelhante mostram que essa organização por bases acontecia em outros veículos, sempre que houvesse um número suficiente de pessoas para isso. As demais atividades eram muitos mais ligadas ao trabalho nas redações. Uma delas era a venda do *Voz Operária* entre colegas de trabalho, uma atividade simples que demonstra que havia uma rede de solidariedade formada por simpatizantes do PCB: pessoas que não militavam no partido – ou talvez não militassem em nenhuma organização – mas que consideravam justo colaborar financeiramente e eram também leitoras em potencial das matérias e análises feitas pelo PCB.

Ao longo de décadas, se você levantar essa história, além das coisas relevantes, conhecidas, espetaculares, de deferência, não existiu um dia sequer durante todo o tempo da ditadura que não tivesse alguém, alguma pessoa, muitas pessoas, fazendo coisas contra a ditadura. Seja acolhendo pessoas, seja recolhendo dinheiro, seja denunciando, distribuindo panfleto, constituindo um advogado, fazendo uma denúncia. (Sergio Gomes, 2014).

O relato de Sergio Gomes aborda outra solidariedade praticada por colegas de redação, que era a de receber militantes perseguidos pela repressão para que dormissem algumas noites em suas casas. Apesar de ser algo completamente separado do jornalismo, é uma demonstração de que o ambiente jornalístico, no que concerne às pessoas que o formavam – não às instituições –, era de apoio à resistência contra a ditadura.

Outra atividade político-jornalística era o trânsito de matérias de veículos empresariais para os alternativos. Uma matéria não publicada no local de trabalho era levada para uma revista ou jornal alternativo, cuja linha editorial contestatória condissesse com abordagens que fossem, de forma mais

contundente, contrárias à ideia de sucesso do milagre econômico brasileiro ou de nação pacífica, por exemplo. Um produto, então, feito dentro da lógica econômica do trabalho transformava-se em ação estritamente militante a partir do momento em que o jornalista ultrapassava a mera obrigação – ele poderia simplesmente acatar a não publicação da matéria – e esse produto deixava de ser vendido e passava a ser disponibilizado gratuitamente, demonstrando que o objetivo principal dos jornalistas pecebistas era tornar públicas aquelas informações.

Isso não significa que a lógica dos jornais alternativos fosse completamente pautada pela militância. Muitos eram caracterizados como empresas,¹¹ porém, diferenciavam-se não só pelo posicionamento ideológico, à esquerda da “grande imprensa”, mas também por se constituírem, muitas vezes, em parcerias entre empresários progressistas e jornalistas de esquerda. As disputas políticas de diferentes organizações se desenrolavam dentro das redações desses veículos, entre repórteres e chefes, entre jornalistas e proprietários, numa imbricação com a esfera política muito mais evidente do que nos demais veículos.

Além disso, muitos deles tinham dificuldades financeiras, entre outros motivos, porque a censura e a perseguição da venda em bancas eram, em geral, mais fortes do que na “grande imprensa”. Assim, mesmo que houvesse funcionários remunerados, o envio de material gratuito era comum, inclusive num dos poucos empreendimentos desse tipo que teve sucesso comercial, *O Pasquim*. Em novembro de 1970, com quase toda a sua redação presa, o que foi justificado para o público leitor como um surto de gripe, boa parte da edição 74 foi constituída de material de colaboradores (habituais ou que se apresentaram em solidariedade naquele momento) (Kucinski, 1991).

Os jornalistas do PCB estavam preocupados também com a organização da categoria e a disputa de entidades de classe. Isso aconteceu na segunda metade dos anos 1970 em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde, em aliança com outras forças de esquerda e de centro, os pecebistas retomaram os sindicatos do peleguismo.

Uma das coisas que nós fizemos, que os jornalistas comunistas fizeram, foi a criação do chamado MFS – Movimento de Fortalecimento do Sindicato –

11 Uma importante exceção foi o *Coojournal*, organizado em forma de cooperativa. A iniciativa durou do fim de 1974 até o início de 1980.

que era convencer os jornalistas todos, inclusive os mais esquentados, de que era um erro político confundir a diretoria com a entidade. ‘Ah, eu não vou ficar sócio de um sindicato pelego, filho da puta!’ ‘Sim, mas, se você não ficar sócio, quando chegar a época da eleição, você não pode votar. E vamos continuar perdendo’. Então, se faz esse movimento durante três anos e monta-se uma chapa que tem Audálio Dantas na cabeça. Essa chapa foi basicamente articulada pelo pessoal que era do partido, embora, na diretoria, praticamente não tivesse ninguém ligado ao partido, que era também uma forma clássica de atuação do partido na área sindical, que era de não partidizar a atividade sindical. Parece uma contradição, mas não é. Até hoje essa é uma política, vamos chamar, sofisticada, de entendimento difícil. (Sergio Gomes, 2014).

Segundo Marco Roxo, em São Paulo, a chapa vencedora nas eleições de 1975 era formada por integrantes de diferentes tendências ideológicas: do PCB, da Ação Popular, do Partido Socialista Brasileiro, trotskistas, liberais de centro e de centro-esquerda (Roxo, 2012, p. 82-83). O presidente Audálio Dantas estaria neste último grupo e não era filiado a nenhum partido. Na Guanabara, Dênis de Moraes participou da segunda chapa eleita após a “retomada do sindicato do peleguismo”, conforme ele mesmo aponta, como suplente. O mandato foi de 1981 a 1983, já durante o governo Figueiredo:

Em 78, eu me sindicalizei, que foi quando o sindicato foi retomado do peleguismo. Foi uma grande filiação para poder remover os pelegos, e aí eu entrei no sindicato dos jornalistas. E depois as assembleias para eleger uma chapa de oposição, que foi vitoriosa... Depois da vida sindical é que eu tive uma visão do que que era o partido no meio jornalístico. Era um partido forte. (Dênis de Moraes, 2014).

O jornalista também menciona a disputa entre PCB e PT no Rio de Janeiro, no período de abertura. Nesse estado, foi eleito como presidente do sindicato, em 1978, Carlos Alberto Oliveira dos Santos, conhecido como Carlos Alberto Caó, que depois se reelegeu em 1981. Caó atuou também na política institucional: foi deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1982. Essas experiências evidenciam uma atuação política organizada dos jornalistas do PCB fora do ambiente das redações, mas, ao mesmo tempo, intrinsecamente ligada a ele. Era ali que se construía capital

político para a organização da classe nos sindicatos e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), bem como para as disputas sindicais.

Reuniões das bases de jornalistas, venda do jornal *Voz Operária*, colaboração com a imprensa alternativa e mobilização da classe de jornalistas são quatro das atividades dos jornalistas do PCB que listei a partir das entrevistas realizadas. A quinta, a disputa pela linha da cobertura jornalística, será discutida a seguir, observando-se os múltiplos sentidos construídos em torno dela.

Os múltiplos sentidos da atuação nas redações

As três variantes abordadas anteriormente (geração, posição hierárquica e veículo) explicam as diferentes narrativas dos jornalistas do PCB entrevistados para essa pesquisa. Com elas, apontamos para o seguinte caminho: as diferenças nas narrativas se devem a especificidades na vivência de cada um. Esse caminho, porém, embora faça bastante sentido, pode nos levar a trilhar uma linha de falsa coerência e unicidade. Colocando-o como o único caminho possível, transfere-se para a coletividade a ilusão biográfica de que fala Bourdieu. Corre-se o risco de construir a ilusão de uma memória coletiva coesa e sem conflitos.

Essa ilusão consiste, segundo Bourdieu, em considerar a vida uma história, organizada de forma linear, com começo, meio e fim “no duplo sentido, de término e de finalidade” (Bourdieu, 2006, p. 183). Temos a tendência de organizar nossa vida – e a dos entrevistados – dessa forma, conferindo a ela uma coerência que se apresenta, por exemplo, em termos como “desde criança”, “sempre”, para reafirmar que certas características conferem lógica à trajetória. Porém, por mais que seja difícil fugir dessa forma de organização da narrativa, é preciso demarcar que se trata de *narrativas*, não do mundo prefigurado, como se discute adiante com base em Paul Ricoeur (1994).

Essas narrativas dão materialidade às memórias dos jornalistas comunistas. Tais memórias, como já foi dito, embora sejam de um grupo com diversas experiências e características em comum, não formam um bloco homogêneo. Estou de acordo com a ideia de Maurice Halbwachs de que a *memória coletiva* enfatiza a construção social da memória, mas também a unicidade natural da memória de determinado grupo social, visto que ela seria “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 2006, p. 102).

Essa noção, contudo, subestima as disputas memoráveis, que acredito serem fundamentais para a discussão deste tema.

Chamando a memória dos grupos sociais hegemônicos de *memória enquadrante* e a dos demais de *memórias subterrâneas* – por sobreviverem por meio de redes quase invisíveis até haver condições político-sociais para que emerjam à esfera pública –, Michael Pollak (1989) analisa as disputas e reivindicações memoráveis de sobreviventes de campos de concentração. Amplio aqui as ideias de Pollak para pontuar que, entre as memórias subterrâneas, também existem enquadramentos e que as disputas para dar certo sentido a essas memórias acontecem *entre* elas, não apenas em relação à memória enquadrante.

Olhando primeiramente para o que essas memórias subterrâneas têm em comum, evidencia-se que a geração, a posição hierárquica na redação e o posicionamento político do meio de comunicação são tanto fios condutores quanto fronteiras que enquadram o horizonte de possibilidades desses jornalistas. Para Alessandro Portelli, a história oral “não nos oferece um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias” (Portelli, 1996, p. 72). O que nos conta um indivíduo não necessariamente aconteceu com todos daquele grupo, mas muito provavelmente esteve no horizonte ou campo de possibilidades dos demais sujeitos desse grupo.

Atentando agora para as divergências, cada um dos jornalistas entrevistados, dentro dos marcadores de enquadramento e de certo campo ou horizonte de possibilidades, tem liberdade para construir sentidos diversos para suas diversas experiências. Partindo dessa premissa, pode-se olhar com mais afincos para essas narrativas, que são, afinal, a materialização das suas memórias, construídas sempre em interação comigo, pesquisadora, pois a entrevista é justamente um espaço *entre*.

De acordo com Paul Ricoeur, é por meio da narrativa que o tempo se torna tempo humano (1994, p. 15). É com ela, portanto, que se operacionaliza um mundo prefigurado, que ele chama de *mimese I* e que ganhará sentido a partir da *mimese II*, retornando ao leitor/ouvinte/espectador a partir do contato deste com a narrativa, na *mimese III*. O termo “mimese” significa imitação ou representação e com ele Ricoeur enfatiza a capacidade criadora de todos os tipos de narrativa, nos diferentes momentos de sua elaboração.

Com isso, adicionei como marcadores de enquadramento – não da experiência vivida (*mimese I*), mas da narrativa sobre ela (*mimese II*) – minha

postura como entrevistadora e a explicação que dei aos jornalistas sobre a pesquisa. Alguns jornalistas buscavam entregar-me análises, tecendo uma narrativa afastada de si mesmos e focada em explicações sobre a conjuntura da época. Esses entrevistados remetiam-se à minha tese, de forma direta ou não.

Conta-se até uma lenda, que é uma coisa de muito mau gosto, mas se conta, na época, que o Roberto Marinho, discutindo com os Mesquitas porque *O Globo* estava ascendendo em êxito, e o *Estadão* estava com problema, então o Roberto Marinho aí teria dito – isso não funciona em tese, é só uma piadinha que eu estou contando pra você, não vale pra tese, porque não sei nem se é verdade ou se é lenda! (Milton Temer, 2012).

Bom, então, em linhas gerais, o que eu acho é isso aí que você acabou de ver. E isso está disponível em resistirepreciso.org.br, é uma fonte que eu acho que você não deveria desprezar. A outra são as publicações. Aí você tem material para vários dias. (Sergio Gomes, 2014).¹²

Tais intervenções mostram que esses jornalistas já elaboravam suas experiências de maneira analítica, numa postura condizente com um grupo com educação formal e atividade intelectual.

Outros pautavam suas falas em experiências pessoais e, entre estes, alguns as tratavam coletivamente, colocando-se no lugar de fala de um grupo, não apenas de si. Usavam mais “nós” – ou “a gente” – do que “eu”. Estes deram importante contribuição à construção de um mapa das atividades políticas realizadas por esse diverso grupo.

Em 51, *eu* entrei pra Juventude do Partido. Então, *nós* tínhamos um grupo, alguns continuaram, foram para o mesmo caminho do jornalismo, como o próprio Maurício Azêdo. *Nós* éramos do mesmo grupo, ele já faleceu ano passado. Ele comandou de certa maneira o núcleo dos comunistas jornalistas durante certo período. (Fichel Davit Chargel, 2014, grifos meus).

O jornalista Fichel Davit relatou suas experiências principalmente no plural, enfatizando as ações coletivas desenvolvidas pelo grupo de jornalistas

12 Sergio Gomes diz isso após mostrar um trecho do depoimento dado por ele para o projeto *Resistir é preciso*, do Instituto Vladimir Herzog.

do PCB. Outros focavam suas próprias trajetórias. Com estes últimos, era mais comum que contassem “causos”, histórias curiosas que não necessariamente tinham relação com o tema pesquisado.

O único carro que tive na minha vida: um fusca de 64. Era em 68. Aí, quem dirigia o carro era o Garrincha. Quem foi me levar ao aeroporto para a viagem a Helsinque foi o Garrincha. E, depois, tem um fato que o Rui Castro conta, na biografia do Garrincha, tem umas três páginas que ele fala da minha amizade com o Garrincha e a Elza Soares. E ele conta esse episódio, que eu fiquei sabendo depois, que o Garrincha ficou com meu carro, andava com meu carro pra cima e pra baixo, porque eu ainda não dirigia. Depois, passei a dirigir quando voltei da clandestinidade. E aí o Garrincha usava o carro, lógico. Ele, uma vez, foi buscar a Elza, ali na Lagoa. Ela se apresentou num lugar. E o carro foi fechado pela polícia. Fechado por causa do número, da placa. Ele e Elza foram interrogados sobre mim, porque eles estavam com o meu carro. Um carro subversivo. Carro subversivo. (Arthur José Poerner, 2014).

Ao mesmo tempo que esses narradores pareciam querer agradar-me, contando episódios interessantes e inusitados, também se percebe que colocavam em relevo sua *história de vida*. Aqueles que se posicionavam prioritariamente de forma coletiva, por mais que tivessem em suas próprias trajetórias o fio condutor da narrativa, evidenciavam certa *memória coletiva* – mesmo que se saiba que se trata de uma possibilidade de construção de *memória subterrânea* – dos jornalistas do PCB.

Era comum que os entrevistados que focavam em sua trajetória individual tivessem uma narrativa mais dura, já pronta, por estarem acostumados a repetir esses “causos”. A princípio, encarei essa característica como negativa, mas fui alertada por um dos transcritores: “Esse entrevistado *queria* falar, queria contar aquelas histórias a você”. Histórias divertidas, trágicas, emocionantes, cheias de reviravoltas: talvez para elas houvesse condições de escuta por parte de uma jornalista, pesquisadora, bem mais jovem que eles, que não viveu aquele momento político.

Este é outro importante marcador que, não tenho dúvidas, conduziu as narrativas dos entrevistados: nossa diferença de geração e, junto com ela, a de gênero. A primeira aparecia explicitamente quando, com frequência, era proferida, em forma de observação ou pergunta, a seguinte frase ao

relatar determinado acontecimento: “Você ainda não era nascida”. Em muitos momentos eles também se certificavam se eu conhecia ou não determinado acontecimento ou personagem, procurando saber mais da minha bagagem sobre o tema para tentar diminuir, assim, a distância entre nós. Também era comum que me perguntassem se eu era militante ou de uma família de militantes de esquerda, buscando conhecer o terreno no qual pisariam pelas próximas horas, mapeando a possibilidade de se criar uma relação de empatia – e, provavelmente, o que consideravam que podia ou não ser dito.

Quanto à questão de gênero, é importante lembrar a difícil relação do PCB com o feminismo. No documento *Os comunistas e a questão da mulher*, publicado pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas em 1982, uma autocrítica sobre a reprodução de relações de gênero desiguais aponta para a dificuldade de apropriação das ideias feministas na organização interna do partido:

Afastamos dele [do trabalho de massa com as mulheres] os melhores quadros, por serem ‘bons demais’ para o trabalho feminino. As demais foram relegadas às tarefas de infraestrutura do coletivo (tesoureiras, caseiras, tradutoras, datilógrafas) ou permaneceram simples donas de casa, a pretexto de constituírem a retaguarda de seus maridos e filhos. O machismo, o paternalismo, o patriarcalismo milenares refletiram-se em nossa concepção sobre o papel da mulher na sociedade, o que levou à subestimação de suas potencialidades políticas e à aceitação da velha divisão de trabalho por sexo também dentro do Coletivo. (Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas apud Ribeiro, 2013, p. 140).

Portanto, o atravessamento da questão de gênero no momento das entrevistas não é trivial: trata-se não apenas de algo comum a quaisquer relações homem/mulher na sociedade, mas de um tema especialmente problemático e muitas vezes contraditório dentro do PCB. Esse atravessamento era, às vezes, explicitado pelo tratamento dado a mim por outras pessoas que estavam no local da entrevista (“uma moça quer falar com o senhor”; “sei que você prefere dar atenção a essa moça bonita, mas temos compromisso”) e, mais raramente, pelos próprios entrevistados, na escolha dos vocativos (“meu bem”) ou mesmo com elogios/brincadeiras ao fim da entrevista (“– Você tem algo a acrescentar? / – Que você é uma gracinha!”). Em geral, contudo, a marcação de gênero era mais sutil, de maneira que em alguns momentos

demorei a percebê-la e seria quase impossível reproduzi-la de maneira tangível para quem não viveu a experiência da entrevista.

E o que implicam esses marcadores de geração e de gênero? Mais do que representarem meras curiosidades de bastidores, acredito que eles têm a capacidade de inverter uma relação de poder que pode ser dar entre entrevistador(a) e entrevistado. Enquanto eu era a dona das perguntas, a condutora da conversa, eles eram homens mais velhos. Esses dois fatores, somados ao fato de serem parte de um grupo intelectualizado – outro recorte fundamental para compreendê-los –, colocavam os entrevistados em condições de serem o lado mais forte nessa interação que, se não configura uma disputa, também não prescinde totalmente dela.

Era comum, portanto, um ar professoral, que variava entre o paternal, o analítico, o palestrante com narrativa unidirecional e o dialético. Afinal, realmente era preciso explicar-me muitas coisas. Para compreender o passado, o mais difícil não é conhecê-lo, mas suspender valores e conhecimentos que só existem no presente. O discurso professoral, portanto, buscava muitas vezes alertar-me para não escorregar em anacronismos, como por vezes a pergunta inicial (“Como ser comunista e trabalhar numa redação de empresa jornalística?”) era interpretada.

A postura professoral tem relação também com minha decisão de não interromper um entrevistado nem confrontá-lo com informações que o contradissem, ao menos não antes de deixá-lo construir sua narrativa, de forma semiestruturada pelas minhas perguntas. Foi então dentro desses marcadores de enquadramento que os jornalistas construíram, comigo, sentidos diversos, ora distintos, ora semelhantes uns aos outros, para sua atuação nas redações.

É importante demarcar que a construção desses sentidos, diretamente associada às entrevistas concedidas a mim, não se limita a esse momento. Eles são elaborados ao longo do tempo, em silêncio, em conversas informais e certamente em outras entrevistas dadas sobre o tema ou assuntos correlatos. Por exemplo, todos os paulistas (Luiz Weis, Paulo Markun e Sergio Gomes) deram depoimentos para o documentário *Vlado: 30 anos depois* (2005). Sérgio Cabral é o personagem central do documentário *Sérgio Cabral: a cara do Rio* (2008) e também está presente em *O Pasquim: a subversão do humor* (2004). Arthur Poerner deu uma longa entrevista sobre sua vida e carreira para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo.

Os sentidos elaborados pelos entrevistados variam entre a resistência e a adaptação. Parecem polos opostos, mas eles se misturam nas narrativas

dos jornalistas do PCB, tanto entre os entrevistados, quanto dentro de cada relato. Em certos momentos, um ou outro são pintados com cores mais fortes.

Mas, na verdade, você entrar num partido naquela época... Não significava você fazer uma ficha ou coisa parecida, não tinha nada disso, era apenas assim: [como quem fala para alguém] ‘De agora em diante, sou do partido’. Acabou, não precisava [de mais nada]. Assim como você podia dizer: ‘De agora em diante, não sou mais do partido’. Acabou também. [Titubeia]. É engraçado isso, né? Porque havia evidentemente alguma coisa de ideologia, mas havia mais a ideia da patota, porque vários amigos meus eram comunistas, e tal, e eu queria ficar perto deles. Eu queria ficar, curtir com eles aquela história, que não me acrescentava muito, também, porque nós éramos comunistas muito... muito curiosos. Porque não tinha nada, não tinha nenhum radicalismo, nós todos curtíamos o cinema americano adoidado, entre nós havia conhecedores profundos do cinema americano, eu adorava jazz, como adoro até hoje. E eram os Estados Unidos o grande inimigo da União Soviética. Mas éramos, resolvemos ser, comunistas. (Sérgio Cabral, 2014).

Sérgio Cabral, ao mesmo tempo que minimiza a militância dos jornalistas do PCB – na verdade, dos demais militantes do partido –, também evidencia duas características: a de que não eram comunistas ortodoxos e a de que estavam ligados também pela dimensão afetiva. Esta última já tinha sido evidenciada no trecho da narrativa de Luiz Weis citada na primeira parte deste artigo: a militância, segundo ele, era uma maneira de “não estar simplesmente morto enquanto a ditadura corria”. Já a diminuição da importância da atuação do PCB aparece com argumentos diferentes em narrativas de outros jornalistas.

Bom, o partido só se interessava pelo jornalista por conta do que recebia de contribuição, pô! Era [o jornalismo] um mercado de trabalho para os comunistas, ponto. Mas não tinha uma organização de jornalistas. Os jornalistas não agiam... Quer dizer, a gente não influenciava no jornal, como jornalista. O jornal era do patrão. A gente trabalhava no jornal. A gente era comunista a partir do jornal, o que não impedia você de fazer a sua atividade jornalística comunista na mídia alternativa, independente. (Milton Temer, 2012).

Milton Temer resume a atuação nas empresas jornalísticas a uma relação profissional, deslocando para a imprensa alternativa as possibilidades de militância. Em outros momentos da entrevista, ele citou também os sindicatos e a ABI, ou seja, a organização da classe, de modo a sempre minimizar o papel das redações como um possível campo político para os jornalistas do PCB. O que Milton não mencionou, contudo, foi seu trabalho como editor de política do jornal *O Globo*, considerado por Dênis de Moraes, repórter da editoria, como um grande avanço na abordagem de temas caros à democracia. Segundo ele, tratava-se dos “[...] grandes temas do país que estavam amordaçados. O que é democracia? O que é uma Constituinte? O que é liberdade sindical? O que é pluralismo?” (Dênis de Moraes, 2014). Porém, depois de observar que estava dando muita ênfase às possibilidades de resistência, Dênis buscou amenizar esse tom da sua narrativa com uma explicação sobre o contexto da abertura:

Era o momento propício. O início da abertura, com o lusco-fusco da abertura, o que se podia, o que não se podia, como é que os jornais iam se adaptar a isso, sem o AI-5 e tudo... Com um presidente da República, um general que dizia que ia fazer, depois foi concedida a anistia, capenga, mas foi. Enfim, era esse o cenário em que o trabalho dentro das organizações de mídia, não apenas n’*O Globo*, se tornou factível. Agora, claro que com enormes limites. Não tenhamos ilusões e não cedamos a qualquer tipo de grandiloquência. Era um trabalho muito difícil [com ênfase], sob censura empresarial, sob mecanismos de controle ideológico inclementes e diários. O que havia era uma tentativa de burlá-los, isso sim. (Dênis de Moraes, 2014).

Dênis também ponderou, ao longo da entrevista, o termo “infiltração”, que ele usava para se referir à presença dos jornalistas pecebistas nos meios de comunicação. Apesar de sempre atribuir à ideia de infiltração um sentido benéfico – diferenciando assim o termo de sua conotação negativa, ligada ao seu uso pelo aparato repressivo – Dênis de Moraes considerou que falar de uma “inspiração” seria mais adequado.

Também durante a abertura, mesmo na *Folha de S. Paulo*, um jornal bastante afinado com a ditadura militar, foi desenvolvida uma experiência de jornalismo contestador: o caderno “Folhetim”, feito de forma quase independente entre 1977 e 1989, era encartado semanalmente na *Folha*.

Aí, trabalhando como repórter na Agência Folhas, isso foi na época em que se criou o 'Folhetim', um projeto do Tarso de Castro, que foi um dos criadores d'*O Pasquim*. E era um projeto muito heterodoxo, porque era um jornal alternativo, era um tabloide encartado na *Folha de S. Paulo*, era um jornal da *Folha de S. Paulo*, mas com o Tarso com uma grande autonomia para decidir sobre a pauta, quem seria entrevistado e tudo o mais. Então era quase como se fosse um jornal de esquerda dentro de um jornal tradicional, e ele circulava aos domingos, que era o dia de maior tiragem. [...] E o Tarso de Castro foi chamado pela *Folha*, pelo Cláudio Abramo, para desenvolver esse projeto chamado 'Folhetim'. E ele passa então a ser editor do 'Folhetim', que era essa publicação semanal, esse jornal dentro do jornal, de alguma maneira reproduzindo, de outro jeito, o que o Barão de Itararé tinha feito, o Aparício Torelly, lá na década de 30, em que ele cria 'A Manhã', que é um jornal humorístico encartado dentro do jornal *A Manhã*, era esse trocadilho. (Sergio Gomes, 2014).

A colocação de temas que, se não contestavam a ditadura de forma explícita, procuravam colocar em xeque a representação do Brasil sem problemas, sem corrupção e com grande vigor econômico ou ainda abordar temas mais ousados do ponto de vista moral, foi feita também na TV Cultura. Ali trabalharam diversos jornalistas do PCB, chefiados por Vlado Herzog. A contestação, porém, era sutil.

Ali se fazia um jornalismo incômodo. Você não vai denunciar a ditadura, coisa que você não poderia de qualquer maneira, mas você podia dizer que a vida das pessoas era uma merda. Mostrar a cada dia... Você fazia... Sim, você pagava o pedágio de fazer o jornalismo com umas matérias oficiais-cas, 'o presidente Geisel fez isso e aquilo...', mas você tinha uma coisa de fazer matérias sobre a vida... Era uma denúncia indireta. Não vamos chamar de denúncia social; denúncia sem você falar em ditadura. E contrariava aquela coisa toda, e isso é importante, toda aquela máquina de propaganda do milagre brasileiro. Basicamente, neutralizava qualquer jornalismo chapa branca que você fizesse. (Luiz Weis, 2015).

A prisão e o assassinato de Vlado foram seguidos por uma campanha anticomunista empreendida especialmente pela coluna de Cláudio Marques no jornal *Shopping News*, hoje extinto. A morte de Herzog marcou não só o

PCB e o jornalismo, mas todo o contexto da abertura política e das disputas internas entre os generais “linha dura” e os “castelistas”. Depois de outubro de 1975, portanto, apesar de alguns companheiros de trabalho e de militância de Vlado terem permanecido presos – como é o caso de Sérgio Gomes e Paulo Markun, entrevistados para esta pesquisa –, houve uma virada mais forte em direção à abertura política.

Quanto à atuação dos jornalistas do PCB nas redações, Carlos Jurandir tece uma narrativa que vai no caminho oposto ao de Dênis de Moraes. Primeiro, ele nega que o partido tivesse algum objetivo em ter seus militantes nas empresas jornalísticas. Porém, a sequência da sua resposta mostra que, se não havia um objetivo explícito ou uma atuação orgânica do partido,¹³ existia uma linha de pensamento que orientava essa atuação.

– O partido tinha algum objetivo em ter militantes seus nas redações? Você acha?

– Objetivo não podia ter, né? O objetivo era um partido clandestino que tentava interferir para melhorar as condições. Veja bem, então, se está disputando essa geração, era a geração que recebia todas as informações que você imagina quais sejam. Então a gente tentava mostrar o outro lado da questão, entende? A gente atuava na redação procurando tentar fazer a cabeça das pessoas para as melhores coisas. (Carlos Jurandir, 2014).

Milton Coelho da Graça, na condição de diretor de jornalismo ou editor durante quase toda a ditadura, negou ter atuado politicamente nas redações ou ter feito militância sindical, por sua posição como chefe. Na conversa entre ele e Roberto Marinho relatada abaixo, fica evidente a sua postura acima de tudo profissional, em detrimento de convicções ideológicas. Marinho teria vindo reclamar que a editoria internacional estava publicando um noticiário com viés comunista; Milton Coelho argumentou que as matérias eram compradas de agências de notícias internacionais:

Depois de uns 20 minutos dessa conversa que não ia pra lugar nenhum: ‘Ô, Milton, me tira dessa. Eu não estou aguentando mais minha mulher,

13 Inclusive, como afirmou Sérgio Cabral, as filiações eram informais, já que o partido estava na clandestinidade. Não se assinavam fichas, não havia o famoso “comunista de carteirinha”. Nesse contexto, é difícil caracterizar a militância como orgânica *stricto sensu*.

a Ruth. Ela é mais de direita que o Salazar, ela é salazarista, e fica me amolando todo dia com isso. Que são os comunistas que estão escrevendo a notícia internacional'. 'Eu garanto ao senhor que não estão'. 'Mas como é que pode?'. 'O senhor dá um editorial dizendo isso. Vamos fazer um editorial dizendo que *O Globo* acredita que esse cara [que havia cometido um atentado contra o Papa João Paulo II] é agente comunista. O senhor é dono do jornal, o senhor escreve o que o senhor quiser. A opinião o senhor pode dar. Deve dar. Escreve esse editorial'. 'Tá ótimo! Perfeito. Ela não vai mais me encher o saco'. Eu escrevi. Eu escrevi sabendo que era mentira porque ele é meu patrão. Se ele quiser escrever dizendo que foram dois comunistas que atiraram, eu boto, ele tem o direito de fazer isso. O jornal é dele, e eu sou empregado dele. Se eu não quiser, eu peço demissão e vou embora, mas eu não quero, eu quero continuar trabalhando no jornal. Porque isso daí eu sei que faz parte da minha vida, do que eu estou fazendo ali; do trabalho que eu escolhi. (Milton Coelho da Graça, 2014).

Milton Coelho, contudo, fazia jornais clandestinos do partido. Ao explicar que conhecia Vlado Herzog, mas não sabia que ele era do PCB, desenvolveu-se o seguinte diálogo:

- Vocês não se reuniam? Não tinha reuniões do partido, mesmo clandestinamente?
- Nunca reuni nada com o partido de jornalista. Por isso é que eu só apareci como o cara que editava o jornal. Isso eu fazia. O que eu fazia era isso.
- Mas você fazia os jornais clandestinos em diálogo com quem?
- Ah, cada vez era um lugar... Um era uma graficazinha de um americano bêbado. Perdeu o navio, era um marinheiro americano que tinha perdido o navio.
- Mas a decisão de fazer os jornais era de quem?
- Era do partido. Deve ter sido o Marco Antônio. Pensou naquilo, veio a mim e disse: 'Olha, está havendo isso aqui. O que que você acha de a gente fazer [matéria sobre] o negócio da poliomielite?'.¹⁴ (Milton Coelho da Graça, 2014).

14 Segundo Milton Coelho, a ditadura havia proibido a imprensa de tocar no tema do surto de poliomielite que ocorreu na época. O jornal feito por ele abordava esse e outros temas censurados.

A negação a qualquer tipo de envolvimento mais profundo com a militância partidária parece um vestígio do modo clandestino de vida. O relato de Milton Coelho também foca sua trajetória, deixando bem demarcada a diferença entre ele e o grupo de jornalistas do PCB. Ele seria apenas “o cara que editava o jornal”: prevalece, em sua narrativa, o silêncio no que diz respeito às reuniões realizadas e a qualquer iniciativa coletiva.

Apesar dos múltiplos sentidos das diferentes narrativas, uma característica está presente em todas elas, de forma explícita ou sutil: a defesa da correção da linha adotada pelo PCB.

Então a única organização de esquerda que tinha uma posição diferente com relação a isso¹⁵ era o Partidão. E, nesse sentido, a nossa atuação dentro dos sindicatos, nas redações, era extremamente dificultada, porque de um lado você tinha o interesse da censura, da repressão e tal, e do outro da extrema esquerda, que dizia ‘Esses caras são moderados, reformistas, conservadores, os reacionários, os vendidos’, todas aquelas ofensas e coisas que poderiam fazer. Mas se você olha a história do Brasil você vai ver: quem é que ganhou essa batalha? Fomo nós. A preço alto, mas fomos nós. Foi a nossa proposta. ‘Nossa’, eu digo, no passado, né? (Paulo Markun, 2015).

A coesão entre as diferentes narrativas no que tange à defesa da vitória política do PCB, no sentido de que teria sido a luta organizada, não a luta armada, a derrubar a ditadura, une os diferentes entrevistados para a pesquisa. Ao encarnar essa ideia, Markun faz, contudo, uma observação importante: trata-se do passado. Hoje, esses jornalistas flutuam em diferentes matizes do espectro ideológico. Alguns permanecem na militância partidária; nenhum deles dentro do PCB, embora haja os que defendem a linha do partido e sua filiação afetiva a ele. Há os que se afirmam comunistas sem titubeio; outros explicam que depende da concepção de comunista. Os múltiplos sentidos construídos por eles, portanto, estão diretamente associados à posição de cada um no presente. Nesse entrelaçamento de diferentes temporalidades, a memória não é somente o passado, mas uma articulação entre o olhar do presente sobre o jornalista/militante do passado e a imagem que ele deseja legar ao futuro.

15 Refere-se ao uso da violência como tática de enfrentamento à ditadura.

Brechas e limites: um esboço de conclusão

Quando se menciona a ocupação de possíveis brechas para uma contestação que, vista à luz do tempo, parece sutil, é importante assinalar que, sem o conhecimento que só se pode ter *a posteriori*, é possível que esses jornalistas considerassem suas atividades mais ousadas na época do que hoje se consideraria. Constituíam-se testes de limites mal delineados e, mesmo no momento da abertura, não havia ainda qualquer segurança de que o aparato repressivo deixaria de utilizar sua força.

Apesar de todas as barreiras, vê-se que havia – ou alguns jornalistas do PCB acreditavam haver – espaços a serem ocupados a partir de uma perspectiva gramsciana de revolução passiva. A noção de “revolução passiva” sublinha os aspectos superestruturais das mudanças, o momento político, não as relações econômicas:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva [...] o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações. (Gramsci apud Coutinho, 1998, p. 138).

Essa noção condiz, então, com a atuação dos jornalistas do PCB nas redações e com a aproximação de parte dos militantes do partido – inclusive Milton Temer, que voltou do exílio na França em 1979 – com o eurocomunismo, em especial aquele inspirado no Partido Comunista Francês e no Partido Comunista Italiano, dois dos principais apoiadores dos comunistas brasileiros. Na disputa interna ao PCB, os eurocomunistas formavam um grupo considerado à direita de outras tendências do partido, em parte por sua defesa de uma atuação por meio das instituições burguesas.

Além de estar mais afinada com a linha política de determinado grupo dentro do PCB, a presença dos jornalistas pecebistas nas redações alinhava-se com a ideia de modernização defendida pelo partido. Em sua concepção dualista, o PCB defendia que a revolução no Brasil se daria em duas etapas e a primeira delas seria a revolução burguesa (Dória, 1998). Ou seja, era preciso ainda aprofundar o capitalismo para que as contradições desse sistema permitissem sua superação. No microcosmo das redações de empresas jornalísticas, pode-se dizer que houve uma aliança entre comunistas e burguesia, a burguesia detentora dos meios de comunicação. A essa burguesia também interessava a modernização do país, para ampliar o mercado de notícias.

Além disso, o ideal modernizador está presente em diferentes momentos da história do jornalismo brasileiro. À burguesia midiática não interessava – assim como ainda não interessa –, contudo, o aprofundamento dessa modernização. Trata-se, portanto, de um processo controlado de modo a manter-se seu caráter conservador.¹⁶

Com todo o desejo de transformação social e a disponibilidade para a militância do PCB, os limites da sua tática aliancista o fizeram, contraditoriamente, conservador em alguma medida. Modernização e conservação, resistência e adaptação, brechas e limites: esses pares aparentemente opostos mesclam-se nas diversas experiências e nos múltiplos sentidos construídos a partir delas nas narrativas memoráveis de jornalistas integrantes do Partido Comunista Brasileiro durante a ditadura militar.

Referências

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. v. 1.

CHILCOTE, Ronaldo H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepções e usos. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1998. v. 3, p. 123-157.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1998. v. 3, p. 201-244.

16 Diversos autores utilizam o conceito de “modernização conservadora”. Aqui, faço referência a Barington Moore Jr. (1983).

GATTAI, Zélia. *Um chapéu para viagem*. São Paulo: Record, 1982.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IMPrensa POPULAR: Jornal do Partido Comunista Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis, ano VI, n. 36, mar. 2012.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Dênis de. Graciliano no fio da navalha: cooptação, engajamento e resistência. In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (Org.). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, dez. 1996.

_____. *The death of Luigi Trastulli and other stories*. New York: State University of New York, 1991.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. As comunistas e o feminismo. *Revista Perseu*, n. 9, ano 7, p. 117-143, 2013.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. t. 1.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política/USP; Fapesp; Editora 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROXO, Marco. *Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979*. Niterói: EdUFF, 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

VVAA. *Documentos do Partido Comunista Brasileiro*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, maio/ago. 2010.

Fontes orais

CABRAL, Sérgio [76 anos]. [jan. 2014]. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 14 jan. 2014.

CHARGEL, Fichel Davit [80 anos]. [out. 2014]. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 6 out. 2014.

GOMES, Sergio [64 anos]. [jun. 2014]. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 17 jun. 2014.

GRAÇA, Milton Coelho da [83 anos]. [ago./set. 2014]. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 29 ago./24 set. 2014.

JURANDIR, Carlos [72 anos]. [nov. 2014]. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 18 nov. 2014.

MARKUN, Paulo [62 anos]. [fev. 2015]. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 3 fev. 2015.

MORAES, Dênis de [59 anos]. [abr. 2014]. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 10 abr. 2014.

POERNER, Arthur José [75 anos]. [abr. 2014]. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 11 abr. 2014.

TEMER, Milton [73 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 29 out. 2012.

WEIS, Luiz [75 anos]. [fev. 2015]. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 5 fev. 2015.

Filmes

O Pasquim: a subversão do humor. Direção: Roberto Stefanelli. Brasil, 2004. 44 minutos.

Sérgio Cabral: a cara do Rio. Direção: Dermeval Netto. Brasil, 2008, 60 minutos.

Vlado: 30 anos depois. Direção: João Batista de Andrade. Brasil, 2005, 85 min.

Resumo: Recorrendo à história oral, o artigo aborda a atuação de jornalistas integrantes do Partido Comunista Brasileiro em empresas jornalísticas durante a ditadura militar. Com o delineamento das diversas atividades desenvolvidas por eles – nas redações, na imprensa alternativa, na militância sindical –, busca-se compreender como era possível a inserção de comunistas numa imprensa majoritariamente conservadora. O trabalho mostra que a moderação do posicionamento político do PCB – em relação às demais organizações de esquerda do período – não isentou o partido de ser desarticulado de forma violenta pelo aparato repressivo. Além das diferentes experiências desses jornalistas, procura-se perscrutar as particularidades da construção de narrativas que dão suporte a memórias de resistência e adaptação.

Palavras-chave: jornalismo, Partido Comunista Brasileiro, ditadura, memória, narrativa.

PCB journalists in the Brazilian military dictatorship (1964-1985): resistance and adaptation

Abstract: Based on oral history, this paper discusses the actions of journalists affiliated with the Brazilian Communist Party (PCB, in Portuguese) in news organizations during the military dictatorship. By presenting various activities undertaken by these journalists, such as working in newsrooms, in the alternative press and in the trade unions, we seek to understand how the inclusion of communists in a mostly conservative press was possible. This study shows that the political positioning of PCB in the period, more moderate than other leftist organizations, did not exempt it from being broken up violently by the repressive apparatus. In addition to the different experiences of these journalists we tried to peer into the particularities of the construction of narratives that support memories of adaptation and resistance.

Keywords: journalism, Brazilian Communist Party, dictatorship, memory, narrative.

Recebido em 1º/08/2015

Aprovado em 13/11/2015